

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP - Brasil, Cep 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Apresentamos o Relatório da Administração da BV Leasing e as demonstrações contábeis, relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2018 (1º semestre de 2018 - 1S18) e 2017 (1º semestre de 2017 - 1S17). Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco Votorantim, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Jun.18 com saldo de carteira de crédito de R\$ 242 milhões, ante R\$ 128 milhões em Jun.17.

No 1S18, a BV Leasing registrou lucro líquido de R\$ 8,5 milhões ante R\$ 4,5 milhões no 1S17, e patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão em Jun.18 (R\$ 1,0 bilhão em Jun.17).

Adicionalmente, no 1S18 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos clientes, investidores, parceiros e acionistas pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 02 de agosto de 2018  
A Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 JUNHO 2018 E 2017			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	30.06.2018	30.06.2017
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.208.891</b>	<b>9.025.099</b>
Disponibilidades	4	439	165
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	5a	<b>7.194.601</b>	<b>8.313.507</b>
Aplicações no mercado aberto		7.194.601	8.313.507
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>2.519</b>	<b>689.593</b>
Carteira própria	6a	460	682.376
Vinculados à prestação de garantias	6a	2.059	7.217
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(853)</b>	<b>(2.413)</b>
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	176.186	82.142
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7a	(176.185)	(81.927)
Outros Créditos	7f	(854)	(2.628)
Diversos	8	11.261	22.144
Outros Valores e Bens	9	985	2.103
Bens não de uso próprio		1.626	2.788
(Provisão para desvalorizações)		(840)	(919)
Despesas antecipadas		199	234
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>774.879</b>	<b>667.702</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>515.981</b>	<b>517.819</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(414)</b>	<b>(1.846)</b>
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	85.459	62.836
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil) (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(85.459)	(62.672)
Outros Créditos	8	516.395	519.642
Diversos	8	516.395	519.642
Outros Valores e Bens	9	-	23
Despesas antecipadas		-	23
<b>PERMANENTE</b>		<b>258.898</b>	<b>149.883</b>
Investimentos	10	16.677	16.289
Outros investimentos (Imparidade acumulada)		23.310	23.341
(6.633)		(6.633)	(7.052)
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>186</b>	<b>186</b>
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		(186)	(186)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	11a	<b>242.221</b>	<b>133.594</b>
Bens arrendados		423.228	274.059
(Insuficiência de depreciação) (Depreciações acumuladas)		(34.326)	(16.867)
(146.681)		(123.598)	(146.681)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>7.983.770</b>	<b>9.692.801</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	
<b>EVENTOS Saldos em 31.12.2016</b>		<b>899.539</b>	<b>43.432</b>	<b>44.084</b>	<b>987.055</b>
Reversão dividendos exercício anterior		-	-	8.243	8.243
Aumento de capital	17a	32.973	-	(32.973)	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	4.496
Destinações:					
Reserva legal	17b	-	225	-	(225)
<b>Saldos em 30.06.2017</b>		<b>932.512</b>	<b>43.657</b>	<b>19.354</b>	<b>999.794</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>32.973</b>	<b>225</b>	<b>(24.730)</b>	<b>4.271</b>
<b>Saldos em 31.12.2017</b>		<b>932.512</b>	<b>44.305</b>	<b>31.801</b>	<b>1.008.618</b>
Lucro Líquido do período		-	-	-	8.483
Destinações:					
Reserva legal	17b	-	424	-	(424)
<b>Saldos em 30.06.2018</b>		<b>932.512</b>	<b>44.729</b>	<b>31.801</b>	<b>8.059</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>424</b>	-	<b>8.059</b>

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES**  
A BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são reconhecidos por ocasião da sua liquidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recebeu os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.  
A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 02 de agosto de 2018.
- Declaração de Conformidade**  
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.
- RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.  
a) **Auração do Resultado**  
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atenuadas ao critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros prefixada estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.  
b) **Moeda funcional e de apresentação**  
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a Companhia. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.  
c) **Mensuração a Valor Presente**  
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.  
d) **Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.  
e) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.  
f) **Títulos e Valores Mobiliários - TVM**  
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente: **Títulos para negociação:** Títulos adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda:** Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários e **Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todos devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com Títulos e Valores Mobiliários.
- Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD**  
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e **Hedge de fluxo de caixa:** na categoria de hedge de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.
- Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
**Arrendamentos a receber:** registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo. **Rendas a apropriar de arrendamento a receber:** são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso normal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e). **Superveniência/Insuficiência de Depreciação:** o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência/Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

**Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:**

**Lucro** - reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra. **Prejuízo** - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

**Despesas Antecipadas**  
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

**Ativo Permanente**  
Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

**Imobilizado de uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10%.

**Imobilizado de arrendamento:** o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN nº 4.534 emitida em 24 de Novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

**Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade**  
A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

**Tributos**  
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

**Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 22). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes não reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**Títulos e Valores Mobiliários - TVM**  
Na demonstração "Balanco Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

**a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento**

	30.06.2018			30.06.2017				
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total			
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>
<b>1 - Títulos para negociação</b>	-	2.059	2.059	2.059	-	689.128	689.127	(1)
<b>Títulos Públicos</b>	-	2.059	2.059	2.059	-	689.128	689.127	(1)
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.059	2.059	2.059	-	7.217	7.217	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	681.910	681.910	(1)
<b>2 - Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>460</b>	-	<b>460</b>	<b>460</b>	-	<b>466</b>	<b>466</b>	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>460</b>	-	<b>460</b>	<b>460</b>	-	<b>466</b>	<b>466</b>	-
Cotas de Fundos de Investimentos	460	-	460	460	-	466	466	-
<b>Total (1 + 2)</b>	<b>460</b>	<b>2.059</b>	<b>2.519</b>	<b>2.519</b>	-	<b>689.594</b>	<b>689.593</b>	<b>(1)</b>

**a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento**

	30.06.2018			30.06.2017				
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total			
<b>Vencimento em Dias</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Marcação a mercado</b>
Carteira própria	460	-	460	460	-	682.377	682.376	(1)
Vinculados à prestação de garantias	-	2.059	2.059	2.059	-	7.217	7.217	-
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>2.059</b>	<b>2.519</b>	<b>2.519</b>	-	<b>689.594</b>	<b>689.593</b>	<b>(1)</b>

**a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos**

	30.06.2018			30.06.2017		
	Valor de Mercado	Total		Valor de Mercado	Total	
<b>Vencimento em Anos</b>	<b>Sem vencimento</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor de custo</b>	<b>Valor de mercado</b>
Títulos para negociação	-	2.059	2.059	2.059	689.128	689.127
Títulos disponíveis para venda	460	-	460	460	466	466
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>2.059</b>	<b>2.519</b>	<b>2.519</b>	<b>689.594</b>	<b>689.593</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
<b>RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>326.478</b>	<b>814.748</b>
Operações de arrendamento mercantil	7b	102.927	53.930
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	223.958	761.935
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.5	(407)	(1.117)
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(298.246)</b>	<b>(795.590)</b>
Operações de captação no mercado	12b	(217.379)	(745.020)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13b	-	(395)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(80.220)	(49.622)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	53	931
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>28.332</b>	<b>18.798</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(11.154)</b>	<b>(9.900)</b>
Outras despesas administrativas	15a	(3.365)	(4.079)
Despesas tributárias	18c	(3.229)	(1.381)
Outras receitas operacionais	15b	1.843	2.742
Outras despesas operacionais	15c	(6.403)	(7.182)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>17.078</b>	<b>8</b>

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP - Brasil, Cep 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2018			30.06.2017		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria	460	-	460	682.376	-	682.376
Vinculados à prestação de garantias	2.059	-	2.059	7.217	-	7.217
<b>Total</b>	<b>2.519</b>	<b>-</b>	<b>2.519</b>	<b>689.593</b>	<b>-</b>	<b>689.593</b>

### a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.06.2018		30.06.2017	
	Valor	%	Valor	%
1 - Títulos para Negociação	2.059	82%	689.127	100%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	460	18%	466	0%
<b>Valor contábil/mercado da carteira</b>	<b>2.519</b>	<b>100%</b>	<b>689.593</b>	<b>100%</b>

### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	224.058	761.595
Títulos de renda fixa	(120)	277
Aplicações em fundos de investimento	20	63
<b>Total</b>	<b>223.958</b>	<b>761.935</b>

### c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias no semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

### d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A Companhia se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada suas posições, classificando as posições próprias em negociação, com limites e alçadas definidos pela Companhia. Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revisados periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. A Companhia conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco da Companhia é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. A Companhia utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

**Riscos**  
Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e valores esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de swaps, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de swaps registrados na B3 S.A. - Brasil, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações da Companhia nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:  
• Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e  
• Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

### d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.06.2018			30.06.2017		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
<b>Contratos de Futuros</b>	<b>108.645</b>	-	-	<b>80.604</b>	-	-
Compromissos de Compra	22.581	-	-	-	-	-
DI	22.581	-	-	-	-	-
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>86.064</b>	-	-	<b>80.604</b>	-	-
DI	86.064	-	-	80.604	-	-

### d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2018	30.06.2017
Contratos futuros	21.994	13.774	39.807	33.070	108.645	80.604

### d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2018)

	Futuros
Bolsa de valores	108.645

### d.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2018	30.06.2017
Letras Financeiras do Tesouro	2.059	7.217
<b>Total</b>	<b>2.059</b>	<b>7.217</b>

### d.5) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Futuros	(407)	(1.117)
<b>Total</b>	<b>(407)</b>	<b>(1.117)</b>

### 7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

#### a) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2018	30.06.2017
<b>Operações de Arrendamento Mercantil a Receber</b>	<b>261.645</b>	<b>144.978</b>
Arrendamentos financeiros a receber	261.645	144.978
Ativo circulante	176.186	82.142
Ativo não circulante	85.459	62.836

#### Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil

	30.06.2018	30.06.2017
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(261.644)	(144.599)
Ativo circulante	(176.185)	(81.927)
Ativo não circulante	(85.459)	(62.672)

#### b) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
<b>Receitas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>102.927</b>	<b>53.930</b>
Arrendamentos financeiros	90.300	45.322
Lucro na alienação de bens arrendados	7.866	1.430
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	4.761	7.178
<b>Despesas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(80.920)</b>	<b>(49.622)</b>
Arrendamentos financeiros	(80.920)	(49.236)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	-	(386)
<b>Total</b>	<b>22.007</b>	<b>4.308</b>

#### c) Carteira por setores de atividade econômica

	30.06.2018	%	30.06.2017	%
<b>Sector Privado</b>	<b>241.632</b>	<b>100,00%</b>	<b>127.860</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pessoa Física</b> <sup>(1)</sup>	<b>158</b>	<b>0,07%</b>	<b>602</b>	<b>0,47%</b>
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>241.474</b>	<b>99,93%</b>	<b>127.258</b>	<b>99,53%</b>
Atividades específicas da construção	1.146	0,47%	3.858	3,02%
Automotivo	167	0,07%	1.638	1,28%
Comércio atacadista e indústrias diversas	3.651	1,51%	2.181	1,71%
Comércio varejista	6.385	2,64%	395	0,31%
Serviços	230.003	95,19%	106.072	82,96%
Transportes	122	0,05%	13.114	10,26%
<b>Total</b>	<b>241.632</b>	<b>100,00%</b>	<b>127.860</b>	<b>100,00%</b>

<sup>(1)</sup> Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	30.06.2018	30.06.2017
Arrendamentos financeiros a receber	261.645	144.978
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(261.644)	(144.599)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	242.221	133.594
Credores por antecipação do valor residual	(590)	(6.113)
<b>Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos</b>	<b>241.632</b>	<b>127.860</b>

#### d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	30.06.2018								30.06.2017													
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2018	30.06.2017	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2017	30.06.2017
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>89.798</b>	<b>75.428</b>	<b>76.021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.489</b>	<b>124.379</b>	<b>89.798</b>	<b>75.428</b>	<b>76.021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.489</b>	<b>124.379</b>
01 a 30	5.371	5.972	3.106	-	205	-	-	-	-	14.654	7.184	5.371	5.972	3.106	-	37	-	-	-	-	14.441	7.043
31 a 60	5.371	5.927	3.106	-	37	-	-	-	-	14.223	6.674	5.371	5.751	3.101	-	-	-	-	-	-	14.223	6.674
61 a 90	16.114	16.251	9.289	-	-	-	-	-	-	41.654	18.288	16.114	16.251	9.289	-	-	-	-	-	-	41.654	18.288
91 a 180	32.218	27.482	17.485	-	-	-	-	-	-	77.185	31.207	32.218	27.482	17.485	-	-	-	-	-	-	77.185	31.207
181 a 360	25.353	14.045	39.934	-	-	-	-	-	-	79.332	53.983	25.353	14.045	39.934	-	-	-	-	-	-	79.332	53.983
<b>Parcelas Vendidas</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>8</b>
Até 14 dias	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10	8	-	10	-	-	-	-	-	-	-	10	8
<b>Subtotal</b>	<b>89.798</b>	<b>75.438</b>	<b>76.021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.499</b>	<b>124.387</b>	<b>89.798</b>	<b>75.438</b>	<b>76.021</b>	<b>-</b>	<b>242</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.499</b>	<b>124.387</b>
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>2.612</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>2.612</b>
01 a 30	-	-	2	-	-	-	1	3	-	6	134	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	134
31 a 60	-	-	-	-	-	-	1	2	-	4	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	132
61 a 90	-	-	-	-	-	-	1	2	-	4	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	132
91 a 180	-	-	-	-	-	-	4	6	-	11	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	381
181 a 360	-	-	-	-	-	-	6	8	-	14	731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	731
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	19	16	-	35	1.102	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	1.102
<b>Parcelas Vendidas</b> <sup>(1)</sup>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>36</b>	<b>59</b>	<b>861</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>861</b>
De 01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176
15 a 30	-	-	5	2	-	2	1	2	3	15	141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	141
31 a 60	-	-	-	-	-	-	1	2	3	6	132	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	132
61 a 90	-	-	-	-	-	-	1	2	3	6	390	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	390
91 a 180	-	-	-	-	-	-	1	4	9	14	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	21
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	1
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>73</b>	<b>133</b>	<b>3.473</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133</b>	<b>3.473</b>
<b>Total</b>	<b>89.798</b>	<b>75.438</b>	<b>76.026</b>	<b>7</b>	<b>242</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>73</b>	<b>241.632</b>	<b>127.860</b>	<b>89.798</b>	<b>75.438</b>	<b>76.026</b>	<b>7</b>	<b>242</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>42</b>	<b>73</b>	<b>241.632</b>	<b>127.860</b>

# BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP - Brasil, Cep 04794-000

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados		
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)	Diferenças Intertemporais (2)
Em 2018	1%	10%
Em 2019	1%	32%
Em 2020	1%	8%
Em 2021	12%	50%
Em 2022	22%	0%
A partir de 2023	63%	0%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Financiária, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

30.06.2018				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Total
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	15	-	328	343
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	7.194.601	7.194.601
Outros ativos	-	-	269	269
<b>Passivos</b>				
Recursos de Letras imb., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(4.911.536)	(4.911.536)
Outros passivos	-	-	(70)	(70)
			1º Semestre/2018	
<b>Resultado</b>				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	224.058	224.058
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(208.537)	(208.537)

30.06.2017				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Total
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	42	-	72	114
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.313.054	8.313.054
Outros ativos	-	-	568	568
<b>Passivos</b>				
Recursos de Letras imb., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(8.646.915)	(8.646.915)
Outros passivos	-	-	(98)	(98)
			1º Semestre/2017	
<b>Resultado</b>				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	761.595	761.595
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(745.002)	(745.002)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALOR DE MERCADO

30.06.2018				30.06.2017			
	Valor contábil	Valor de mercado		Valor contábil	Valor de mercado		
<b>Ativo Circulante e Não circulante</b>							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.194.601	7.194.601	8.313.507	8.313.507			
Títulos e valores mobiliários	2.519	2.519	689.593	689.593			
Operações de arrendamento mercantil	241.632	245.392	127.860	128.058			
<b>Passivo Circulante e Não circulante</b>							
Recursos de aceites e emissão de títulos	(6.937.207)	(6.934.412)	(8.646.915)	(8.654.944)			
Obrigações por repasses do País	-	-	(7.890)	(7.890)			

21. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE  
A Companhia gerencia suas instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita. Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (Trading) e não negociação (Banking). Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (Trading), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 30 de junho de 2018:

cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(280)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (hedge natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse. Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (Trading) e não negociação (Banking), apresentando os valores observados em 30 de junho de 2018:

cenário I (1)			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(280)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

32. A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para Opinião com ressalva**  
Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações das notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Com base em amostragem, avaliamos se a Companhia atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados à aplicação da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3h e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Provisões e passivos contingentes - cíveis e fiscais**  
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3m e 22, a Companhia constitui provisão para demandas

cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(5.186)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-
cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Varição de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(10.123)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Varição cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.  
A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:  
**Cenário I (Provável)**  
A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

**Cenário II**  
As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.  
A taxa pré, no dia 30 de junho de 2018, para o prazo de um ano é 7,60%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,90% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

**Cenário III**  
O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES  
**a) Ativos Contingentes**  
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.  
**b) Ações Fiscais**  
A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.  
**c) Ações de Natureza Cível**  
Revelamos, basicamente, as ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.  
**d) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis - Prováveis**  
A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.  
As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

**d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis**

	Demandas fiscais (1)		Demandas cíveis (2)	
	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017	1º Semestre/2018	1º Semestre/2017
Saldo inicial	9.933	15.470	4.577	4.359
Constituições	4.578	3.606	392	425
Reversão da provisão	-	(229)	(632)	(536)
Baixa por pagamento	-	(76)	(288)	(509)
Atualizações	37	322	(75)	984
<b>Saldo final</b>	<b>14.548</b>	<b>19.093</b>	<b>3.974</b>	<b>4.723</b>

(1) Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outros obrigações - Fiscais e previdenciárias.  
(2) Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outros obrigações - Diversas.

30.06.2018			
	Fiscais	Cíveis	
Até 5 anos	14.526	3.974	
De 5 a 10 anos	22	-	
<b>Total</b>	<b>14.548</b>	<b>3.974</b>	

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

**e) Passivos Contingentes - Possíveis**  
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis			
	30.06.2018	30.06.2017	
Demandas fiscais (1)	18.721	18.479	
Demandas cíveis (2)	907	985	
<b>Total</b>	<b>19.628</b>	<b>19.464</b>	

(1) A principal discussão é sobre a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. O prognóstico de perda foi alterado de remoto para possível em virtude de entendimento jurisprudencial. Valores em 30 de junho de 2018: IRPJ R\$ 12.968 e CSLL R\$ 5.198.  
(2) Referem-se, basicamente, as ações indenizatórias cuja natureza são: contestação de custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

**f) Depósitos em Garantia de Recursos**

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências			
	30.06.2018	30.06.2017	
Demandas fiscais	6.845	6.124	
Demandas cíveis	14.141	15.902	
<b>Total</b>	<b>20.986</b>	<b>22.026</b>	

**g) Obrigações Legais**  
A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências - Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 122 em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegure o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

**h) Ações civis públicas**  
A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL  
**a) Processo de Gestão de Riscos**  
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupadas principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco. Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O retorno financeiro que é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:  
• Visão consolidada de riscos;  
• Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;  
• Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;  
• Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e  
• Envolvimento da Alta Administração.

**Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos**  
As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários (notas explicativas nº 3l e 18d), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**  
Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pela Companhia, relativos à captura dos processos, avaliação de risco processual, cálculo da provisão, condução dos processos e etapas de encerramento. Com base em testes, avaliamos a adequação da mensuração, reconhecimento da provisão, suficiência e a divulgação de passivos contingentes, considerando os valores de constituições e reversões e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, bem como dados e informações históricas e análises as mudanças nas estimativas em relação a períodos anteriores, quando aplicável. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3m e 22, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**  
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**b) Risco de Crédito**  
Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:  
• Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;  
• Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;  
• Reestruturação de instrumentos financeiros; ou  
• Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

**c) Risco de Liquidez**  
Risco de liquidez é definido como:  
• A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e  
• Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho ou devido ao seu volume em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**d) Risco Operacional**  
Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:  
• Fraudes internas e externas;  
• Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;  
• Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;  
• Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;  
• Situações que acarretam a interrupção das atividades do Conglomerado;  
• Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);  
• Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

**e) Risco de Mercado**  
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

**f) Gerenciamento de Capital**  
Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.  
Em março de 2017 o Bacen publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, revogando as Resoluções CMN nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721, nº 4.090 após prazo de implementação das novas recomendações previstas na norma. O Banco Votorantim está classificado no Segmento 2 (S2), com início de vigência em fevereiro de 2018, conforme Resolução nº 4.553 do CMN.  
Em linha com a Resolução CMN nº 3.988, Resolução CMN nº 4.557 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
-